

## Declaração

Eu \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o número \_\_\_\_\_ declaro:

( ) atuei como contratado nos termos da Lei Nº 8745/1993<sup>1</sup> nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, tendo sido o meu último contrato finalizado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

( ) não atuei como professor substituto/temporário/visitante nos termos da Lei Nº 8745/1993 nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

Declaro, ainda, estar ciente de que de que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante **CONSTITUI CRIME**, tipificado no art. 299 do Código Penal, passível de apuração na forma da lei; e de que a Lei 8.745/1993 dispõe em seu artigo 9º, inciso III que:

“Art. 9º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:  
[...] III - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses dos incisos I e IX do art. 2º o desta Lei, mediante prévia autorização, conforme determina o art. 5º desta Lei.”

Recife, de de 2021 .

---

Assinatura

---

<sup>1</sup> A Lei 8.745/93 Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal. Caso haja dúvidas, é possível encontrar no texto do contrato a referência à lei que o rege.